

## OS RITMOS CLASSISTAS E GERACIONAIS DA MUDANÇA SOCIAL:

### Discussão sociológica a propósito da saída de casa dos pais na Europa

Magda Nico<sup>1</sup>

#### Resumo

A sociologia ainda ilustra o dilema entre as correntes classistas e as correntes geracionais no estudo da mudança social. Os estudos das transições para a vida adulta de uma forma mais holística, e da saída de casa dos pais de uma forma mais particular, ilustram de forma quase exemplar essa excessiva dicotomização entre estas duas correntes teórico-analíticas. Neste artigo, zigzagueando entre as duas correntes, pretende-se problematizar o conhecimento (tomado por) adquirido sobre os processos de transição para a vida adulta na Europa. Para cumprir esse propósito serão usados dados do European Social Survey 2006 (ESS) que sujeitos a análises descritivas, inferenciais e de event history analysis permitem denunciar a falsa ou precoce bifurcação analítica entre espaço e tempo social, a deteção de anomalias históricas e ainda a forma como as diferenças alegadamente culturais servem de “bode exploratório” para a explicação da heterogeneidade da idade média de saída de casa dos pais na Europa.

#### 1. Introdução

A sociologia ainda representa o dilema, e não a ponte, entre as correntes classistas e as correntes geracionais no estudo da mudança social. O campo dos estudos das transições para a vida adulta e do processo da saída de casa dos pais ilustra de forma quase exemplar essa excessiva dicotomização entre estas duas correntes teórico-analíticas. Barricando-se dessa forma irreduzível em, mais do que simplesmente em correntes analíticas, barricadas metodológicas e teóricas, as investigações em cada uma dessas correntes seguem caminhos relativamente previsíveis de pesquisa, desenvolvendo por vezes exercícios redundantes de investigação que devolvem à comunidade de investigação a confirmação de determinadas teorias “correntes”, isto é, com níveis atuais de popularidade elevados (como por exemplo a teoria da individualização). Tal sucede porque se colocam no lugar das premissas iniciais afirmações que deveriam apenas advir no desfecho da investigação com o estatuto de conclusões, ou alternativamente no início da investigação com o estatuto de hipóteses

---

<sup>1</sup> Investigadora de Pós Doutoramento no CIES-IUL (Instituto Universitário de Lisboa).

(teoricamente sustentadas). Este processo circular é, no que diz respeito aos estudos sobre juventude e sobre transições, vítima das afiliações quase militantes às teses e teorias da individualização (Nico, 2014, 2014a) e da “hyper-especialização” metodológica “nas ciências sociais” (Lahire, 2007). Com este argumento não se pretende portanto advogar a “grounded theory” (Glaser e Strauss, 1967) em detrimento da “função de comando da teoria” (Pinto e Almeida, 1975). Pelo contrário, o que se pretende é não tomar as teorias (como a da desestandardização do curso de vida ou a da individualização) como “garantidas”, contribuindo dessa forma para o “segundo mandamento da sociologia”, o da eliminação dos falsos problemas (Almeida, 2007: 23).

Neste artigo, numa postura crítica das teorias da individualização<sup>2</sup>, zigzagueando entre as duas correntes - a classista e a geracional - e usando diferentes indicadores para diferentes sub argumentos<sup>3</sup>, pretende-se problematizar o conhecimento (tomado por) adquirido sobre os processos de transição para a vida adulta na Europa, partindo de uma transição específica: a saída de casa dos pais. Assim, depois de asseguradas as devidas apresentações metodológicas, será problematizada e reestabelecida a ponte entre os dois ritmos –complementares - de mudança social.

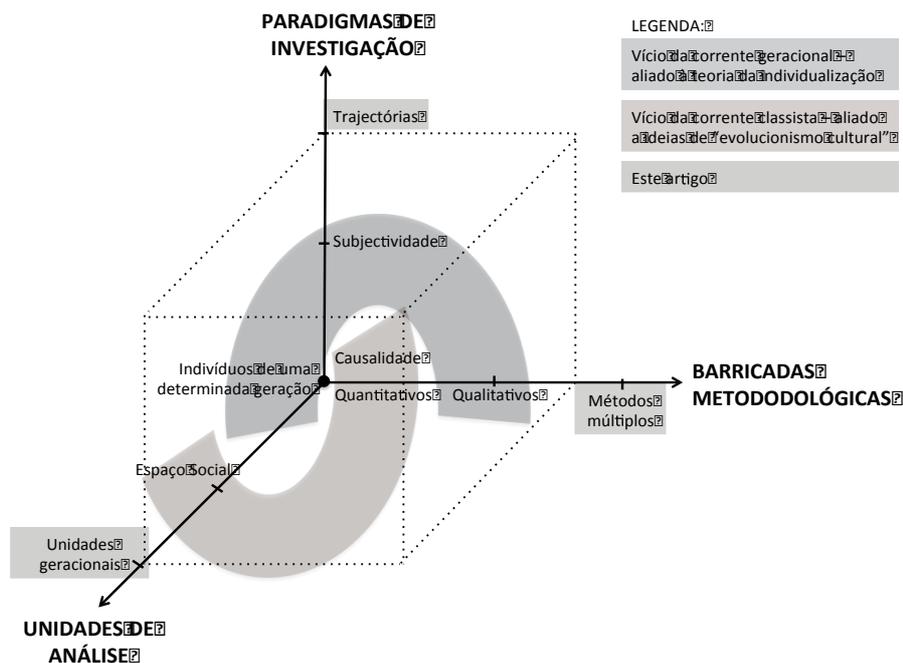
Em primeiro lugar serão apresentadas as limitações genéricas de cada uma das correntes, entre as quais a sociologia da juventude “vacila” (Pais, [2003] 1993: 29), argumentando, desse modo e em primeiro lugar, como a complementaridade entre elas deve ser um requisito obrigatório, sobretudo ou pelo menos no início, de um qualquer processo de pesquisa. Assim, uma precoce bifurcação na pesquisa relativamente a estas correntes remeterá quase inevitavelmente o percurso de pesquisa para um dos vícios recorrentes nesta área de investigação: a) a relação quase monogâmica entre a corrente dita geracional, metodologias qualitativas e a seleção de apenas uma unidade geracional (ponto seguinte, 5, a azul na figura 1); ou b) o enviesamento “cultural” que as análises comparativas das diferenças nas idades, processos e ritmos de transições para a vida adulta entre os países tendem a sofrer (ponto 4, a laranja na figura 1). Estes dois “vícios” serão contrariados de forma empiricamente sustentada numa pesquisa desenvolvida em torno da transição para a vida adulta e da saída de casa dos pais (Nico, 2011).

---

<sup>2</sup> E que pretende identificar as suas limitações (ver Nico e Caetano, submetido).

<sup>3</sup> Recusando a abordagem por vezes usada que consiste em, em prol de uma putativa coerência metodológica, tentar concentrar num só indicador toda a evidência de um argumento.

Figura 1. Espaço analítico da investigação da sociologia da juventude



Fonte: esquema da autora

REVISTA DE CULTURA POLÍTICA

Para percorrer este argumento neste artigo, e apesar de na pesquisa atrás mencionada se ter seguido maioritariamente uma abordagem holística das transições para a vida adulta, foi seleccionada a saída de casa. Assim foi porque representa um excelente, talvez o mais claro entre as restantes transições, indicador para o estudo da mudança e da heterogeneidade social. Os processos de transição para a idade adulta oferecem, em primeira mão, uma versão da forma como novos constrangimentos e oportunidades sociais são contornados pela ação individual ou a forma como velhos constrangimentos sociais são percebidos e incorporados nas estratégias e “planos reflexivos do *self*” (Giddens, 2001). As transições para a vida adulta (escolar, profissional, familiar, habitacional), ao assumirem ritmos diferentes, muitas vezes des-sincronizados (Jones, 1995; Heath e Cleaver, 2003; Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 60), autonomizaram a importância da carreira habitacional, dispersando, analítica e empiricamente, os efeitos recíprocos entre esta e as restantes carreiras, e as interferências que a estrutura de oportunidades e constrangimentos exerce sobre ela (especialmente a que melhor representa a contemporaneidade: a passagem por unidades domésticas intermédias) (Heath e Cleaver, 2003; Jones, 1995; Goldscheider e Goldscheider, 1999, Nico 2005: 190).

O indicador da saída de casa dos pais providencia ainda um factor de heterogeneidade europeia no que concerne à diversidade de padrões de transições habitacionais (Aassve *et al.*, 2002: 259). As diferenças ao nível Europeu dos *timings* (e processos) da saída de casa dos

país têm representado um dos maiores *focus* de interesse académico. As diferenças aparentemente enormes entre os países, reclamam por estudos comparativos que deem conta de variáveis explicativas do fenómeno (cf. Aassve *et al.*, 2002; Billari *et al.*, 2001; Cherlin, Scabini e Rossi, 1997; Iacovou, 2001). Esta heterogeneidade é, aliás, encontrada ao nível dos processos de transição para a vida adulta em geral e não apenas ao nível da saída de casa dos pais. Como refere Billari, “as a matter of fact, Europe provides an extremely interesting setting to study the transition to adulthood. Cultural and institutional heterogeneity, economic differences and the interaction between them, have shaped an incredibly diverse way of ‘becoming an adult’ in a demographic sense” (2004: 17).

## **2. Dados e Metodologia**

Parte das causas para os argumentos centrípetos atrás mencionados jaz na incomparabilidade das metodologias analisadas e está relacionada com a dificuldade “pós-moderna” da sociologia em resistir à tentação de produzir normatividades a-históricas” (Almeida, 2007: 14). Neste artigo, porém, as metodologias serão utilizadas como meio para a comparação, e não isolamento/ distinção/ excepcionalidade, geracional. O movimento zigzagueante entre as duas correntes aqui em análise servirá de antídoto para a simplificação e homogeneização dos tempos (Nico 2014a) e para a afiliação acrítica nas teorias da individualização e nas ideias, não assumidas mas utilizadas, de “evolucionismo cultural”.

Para cumprir esse propósito serão usados dados do European Social Survey 2006 (ESS), inquérito social liderado por equipas do meio académico, aplicado em países da Europa de dois em dois anos (desde 2002), e tem o objectivo de “mapear e explicar a interação entre as instituições Europeias, em mudança, e padrões de atitudes, crenças e comportamentos da população” (site oficial do ESS). Este inquérito europeu inclui, para além de módulos que são relativamente constantes ao longo dos vários *rounds*, módulos rotativos cuja aplicação é geralmente única. Apesar de este inquérito não ter um desenho puro ou propriamente longitudinal, este módulo recolhe informação retrospectiva muito relevante sobre o curso de vida com especial incidência nas primeiras (e últimas) transições (primeira saída de casa, primeira experiência profissional, primeira coabitação, primeiro casamento, nascimento do primeiro filho), o que é particularmente útil para o estudo da transição para a vida adulta, momento da vida em que, por princípio, estes eventos ocorrem pela primeira vez.

Para além destas variáveis, também vão ser utilizadas as variáveis da classe social (ACM)<sup>4</sup>, género, os países participantes e ainda a data de nascimento dos inquiridos. A data, ou ano, de nascimento dos indivíduos será sujeita a uma recodificação, que permita evitar os frequentes equívocos analíticos, por um lado, e que sirva de métrica temporal para a análise da mudança social, por outra.

### 3. Tempo e Espaço Social: a falsa ou precoce bifurcação analítica

São três os principais problemas associados a esta bifurcação entre tempo e espaço social e às conclusões sobre mudança e heterogeneidade social que dela originam.

(i) Um está relacionado com a bifurcação propriamente dita, isto é, em primeiro lugar, com a ideia de que estudar a mudança social dispensa o estudo (da mudança) da heterogeneidade social, isto é, de como e quão socialmente estruturada é essa mudança social por um lado, e de que, por outro, a partir da análise da heterogeneidade social numa muito atual e circunscrita janela de observação é possível retirar imediatamente, sem filtros analíticos históricos, conclusões sobre mudança social (Tabela 1). Para superar este problema as duas perspectivas devem ser encaradas como complementares ou, quanto muito, como hipóteses a serem analisadas em fases iniciais da pesquisa. Assim é porque cada uma delas apresenta limitações irreduzíveis.

Por um lado, na corrente geracional, a “juventude é tomada como um todo social cujo atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada ‘fase da vida’” (Pais, [2003] 1993: 29). Mesmo assumindo a juventude como “uma geração social” – que só se pode “determinar mediante uma auto-referência a outras gerações (Nunes, 1968 *in* Pais, [2003] 1993: 48) e que explora a forma como a experiência de uma determinada idade é condicionada por condições sociais (Furlong, Woodman e Wyn, 2011: 361), esta abordagem pode apresentar alguns “defeitos de origem”. O mais grave é o de encarar a juventude como uma “entidade homogénea”, “fazendo-se uma correspondência desajustada entre uma faixa de idades e um universo de interesses culturais comuns” (Pais, [2003] 1993: 55). A crítica, como Seda Nunes a fez, é que “não se vê como possam englobar-se, numa mesma geração – e, por conseguinte, num mesmo grupo-, indivíduos que, apesar de coetâneos e portadores do sentimento comum de se encontrarem em presença de outras gerações na sociedade, se identificam a si mesmos como pertencendo, por exemplo, a classes sociais, grupos

<sup>4</sup> Tipologia de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado.

ideológicos ou grupos profissionais diferentes.” ((in Pais e Cabral; 1998:29). Ou como refere Bourdieu, como se pode de forma legítima cientificamente “subsumir sob o mesmo conceito de *juventude* universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum”.

Esta auto-insuficiência da corrente geracional continua a ser rebatida e debatida na atualidade, separando os que estão afiliados acriticamente nas teorias da individualização (ou imbuídos numa visão mais *psicologizante* da juventude), daqueles que acima de tudo olham para a heterogeneidade social. De um lado, esta ideia de entidade homogênea está presente nos vários “rótulos” que têm sido atribuídos às últimas coortes etárias por, por exemplo, Cotê e Arnett. Próxima do conceito de “Youthhood” de Côté, o conceito muito popular de “emerging adulthood” caracteriza-se por “relative independence from age-normative tasks, by experimentation with social roles, and by little meaningful commitment to one’s relationships and organizational involvements” (Shanahan *et al.*, 2005:226). Por outro, os críticos desta postura teórica (de Arnett e de outros), frequentemente teóricos de uma corrente assumidamente mais classista, como por exemplo Bynner (2005), Heinz (2009: 7), Furstenberg *et al.*, (2005: 5) e Blossfeld (2005), que apontam às conclusões de Arnett uma grave negligência da análise da variação das suas conclusões consoante variáveis estruturais como contexto nacional, sexo, etnicidade, classe social, etc.. Acabam também, desta forma, por criticar tacitamente Beck sobre a libertação do indivíduos dos constrangimentos de classe e de género.

Por outro lado, na corrente classista, “a juventude é tomada como um *conjunto social* necessariamente diversificado, perfilando-se de diferentes culturas juvenis em função de pertenças de classes, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc.” (Pais, [2003] 1993: 29). À exceção de alguns casos ilustrados no terceiro ponto-problemático abordado (o da execução das abordagens classista e geracional), a “escolha” pela abordagem classista da juventude, da heterogeneidade social num dado grupo etário, não apresenta *a priori* nenhuma inaptidão sociológica. Poder-se-ia até afirmar que é o fundamento *por* definição e *por excelência* do sub-campo da sociologia: analisar como um ou mais fenómenos pr são estratificados socialmente (leia-se, pelas variáveis sócio-demográficas clássicas: género, origem social, escolaridade, etc.). Simplesmente, se não conjugada com uma espécie de métrica temporal (geracional ou por *coortes*) contribui de forma limitada ou pouco fundamentada para o estudo da mudança social. O estudo (ou já subcampo) das desigualdades sociais, de qualquer forma, não reivindica necessariamente esse estatuto de contribuidor para a análise da mudança social.

Se por ventura o fizer, não conseguirá fazê-lo sem recorrer a uma tal métrica temporal e sem necessariamente a tornar evidente (por exemplo, comparação das taxas de desemprego jovens por “períodos homólogos”, que seriam neste caso as unidades de métrica temporal) – o que nem sempre sucede nos estudos seguidos da corrente geracional.

(ii) A segunda questão, de certa forma resultante da anterior, está relacionada com o enviesamento conclusivo grave e/ou redundante que advém de uma seleção precoce por uma destas correntes ou rumos analíticos. A desnecessária ou ideológica “escolha” entre a corrente classista e a corrente geracional, entre o estudo das desigualdades sociais e da mudança social, ou entre o estudo da estratificação social dos fenómenos juvenis e da mudança social dos mesmos, encerra em si mesmo afiliações disciplinares ou teóricas. As teorias da individualização tendem, por um lado, a patrocinar a corrente geracional e a pretender esvaziar à partida a utilidade de uma abordagem classista do fenómeno ao argumentarem que a pertença social dos indivíduos tem cada vez menos, ao ponto de se tornar analiticamente irrelevante, efeitos nas trajetórias de vida dos indivíduos mais jovens (uma questão de coorte etária, de geração) e especialmente durante o tempo em que são jovens (uma questão de idade). A psicológica social e do desenvolvimento humano, descurando também destas desigualdades sociais, tem-se ocupado e protagonizado esta corrente, mas não sem debate na arena das publicações científicas. Esses debates teóricos estão patentes em secções de debates de jornais da especialidade como o *Journal of Youth Studies* ou o *Youth and Society*, como é o caso da crítica sistemática de Bynner (e outros) ao desmesurado protagonismo do conceito de “emergente adulthood” de Arnett, precisamente por este subestimar a variabilidade geográfica, social e temporal dos processos contemporâneos de transição para a vida adulta; e o caso do debate teórico em torno da validade e utilidade da teoria da individualização de Beck para os estudos sobre juventude, bem patente no título de um dos artigos de Roberts de resposta a Woodman “*One step forward, one step Beck*” (Nico, 2014b).

(iii) A terceira questão, ou o terceiro nível de consequências negativas desta excessiva e/ou precoce bifurcação, está relacionada com a forma e o detalhe na operacionalização *mainstream* das correntes. Na corrente geracional a principal fonte de problemas analíticos é a ausência de comparabilidade temporal dos dados. Assim, ao invés da utilização da ideia de unidades geracionais, esta corrente concentra a sua atenção numa só *coorte etária* ou num só grupo etário: o “atual” (sendo que o que define “atual” é muito mais o *timing* da própria investigação do que um qualquer critério de unidade ou identidade históricas). É certo que parte do interesse sociológico do estudo das transições para a vida adulta se baseia na ideia de o fazer através de um grupo especial de protagonistas, os jovens, que são encarados então

como “informadores privilegiados” das novas gerações e das mudanças sociais contemporâneas. No entanto, que conclusões podem os cientistas sociais retirar sobre mudança social se não estiverem em causa, pelo menos, dois momentos no tempo? De facto, o exercício retrospectivo pode ser muito arduo. “Como os historiados e os sociólogos bem sabem, a leitura do passado com as lentes da contemporaneidade pode ser muito enganadora” (Henderson *et al.* 2009 [2007], 23), e vice-versa. Ou seja, “os argumentos a favor de uma mudança na forma como a adultez se define é necessariamente impressionista: sem saber como os jovens adultos hierarquizariam os critérios individualistas e marcadores de transição para a vida adulta, os dados recolhidos juntos das coortes atuais não podem ser usadas para chegar a conclusões sobre mudança social” (Shanahan *et al.*, 2005: 229). Assim, a afiliação acrítica às teorias da individualização é cega ao facto de o passado (aquele que agora não se estuda ou questiona) simplesmente não ter sido sujeito aos mesmo exercícios metodológicos. Os académicos de algumas décadas atrás “não estavam à procura de experiências transicionais individualistas, subjetivas ou complexas. A excessiva concentração nos macro-processos enquanto determinantes centrais dos processos de transição para a vida adulta fez com que as experiências individuais fossem largamente ignoradas ou passadas despercebidas” (Goodwin e O’Connor 2005: 17).

No caso da corrente classista, são dois os problemas mais frequentes. Um refere-se à excessiva dicotomização analítica nas categorias juvenis, ou como lhe chama Roberts (2011), a linguagem dualista que contagia os discursos sobre transições para a vida adulta. O argumento é que o de existe um “missing middle” de jovens que não estão simplesmente incluídos ou excluídos socialmente mas que saem fora das categorias usadas para estudar este grupo etário. Um segundo problema não é inerente à corrente classista mas uma espécie de *spin-off* frequente da mesma. Ocorre sobretudo quando o exercício comparativo subjacente ao estudo da heterogeneidade ou desigualdade social envolve países. Sucede porque as ciências sociais, na ânsia de encontrar fenómenos dignos de obterem explicação, encontram por vezes falsos ecos de conclusões historicamente datadas, e de deduções que não acompanham o ritmo acelerado das mudanças na Europa contemporânea. Alimentam nomeadamente estereótipos “culturais” sobre os países do sul, usando a difícil de analisar variável da “cultura” como justificação para os vazios explicativos que são criados pelo uso, talvez exagerado, de metodologias baseadas exclusivamente na ideia de causalidade.

**Tabela 1: Limitações das correntes geracional e classista no estudo das transições para a vida adulta**

	Limitações de uma abordagem mutuamente exclusiva ou de uma seleção precoce	Vícios analíticos	Vantagens de uma análise ziguezagueante entre as duas correntes
<b>Corrente geracional</b>	Ineficácia na análise da desigualdade social	- Uso das “gerações” como filtro (da geração jovem atual) e não como métrica - Ausência de comparabilidade geracional - ausência de contexto histórico	- análise de mudança social dos processos socialmente desiguais de transição para a vida adulta; - “capacidade de revelar as variações locais de tendências globais”; (Furlong, Woodman e Wyn, 2011: 366); - deteção dos factores que mais explicam um determinado fenómeno de transição para a vida adulta- função equilibrada de “comando da teoria”
<b>Corrente classista</b>	Ineficácia relativa na análise da mudança social	- Excesso de dicotomização das desigualdades sociais (exclusão social não como escala mas como dicotomia) logo no início da investigação - Leitura cultural e não estrutural das tipologias de Estado providência na interpretação dos dados	

Fonte: autora.

### 3.1. Tempo e Espaço Social: factores complementares e concorrentes

Como tem sido evidenciado, a escolha entre estas duas correntes não deve ser prévia à análise dos dados. A função de comando da teoria (de terceiros) não pode chegar a esses níveis, sob pena de não deixar espaço para as qualidades falsificáveis das “teorias auxiliares” ou das “teorias de médio alcance” (Merton, 1970 *in* Almeida e Pinto, 1975) e de alcançar níveis de “teoricismo” contraproducentes (Almeida e Pinto, 1975: 435). Não partindo simplesmente do pressuposto que o aumento da idade média de saída de casa ao longo das gerações é significativo (ou seja, neste caso, que as diferenças entre as médias da saída de casa dos pais por geração são significativas), foram realizadas análise de variâncias para testar estas e outras diferenças, e ainda as diferenças que os efeitos combinados que variáveis sociológicas clássicas possam gerar na idade média de saída de casa dos pais na Europa (tabela 2).

Podemos verificar que a popular premissa de que o aumento da idade média da saída de casa é uma tendência muito relevante e significativa na caracterização da mudança social das transições para a vida adulta não se confirma. O uso das gerações como métrica temporal revela que as diferenças de idade média de saída de casa dos pais entre as gerações não é significativa ( $F(3,35239)=1,017, p=0.384$ ). Aliás, na “competição” entre os vários efeitos principais das variáveis sociológicas clássicas do estudo das desigualdades sociais como as classes sociais, o género, ou o país europeu (como uma forma cristalizada de estado-

providência), apenas as diferenças entre os países – uma forma específica de diferenças sociais- são estatisticamente significativas ( $F(2,35362)=71,401, p=0.000$ ). Os modelos de análise de variância a dois factores revelam ainda que, à exceção do efeito combinado do género com as classes sociais na idade média de saída de casa dos pais ( $F(5,31641)=3.034, p=0.010$ ), apenas os países e as classes sociais produzem efeitos combinados na variação total da idade média de saída de casa.

Resumindo, pode afirmar-se que as desigualdades sociais entre os países são maiores do que as evidências de mudança social. Assim sendo, a alegadamente forte premissa de que uma das grandes manifestações da teoria da individualização e da pós modernidade é o prolongamento da transição para a vida adulta, nomeadamente no adiamento do momento de saída de casa, usada em praticamente todas as introduções de artigos, livros e ensaios sobre a relação entre a saída de casa dos pais e a ação de nível individual e individualizado e voluntário, não encontra eco empírico. Tal conclusão tem implicações não apenas na análise mais fina do fenómeno da saída de casa dos pais que se deve seguir como também na leitura mais crítica e interrogadora que deverá ser feita das teorias (que mais do que comandar a pesquisa, a limitaram).

**Tabela 2. Qualidade dos modelos e efeitos principais e de interações exercidos sobre a variação das médias das idades de saída de casa dos pais na Europa (One Way e Two-Way ANOVAs)**

		Efeitos de interação				
		Métrica temporal	Espaço Social			
			Gerações	Classes sociais	Género	Países
<b>Qualidade do modelo (<math>R^2_a</math>)</b>	Métrica temporal	Gerações	$F(3,35239)=1,017, p=0.384$	$F(15,31559)=0,712, p=0,775$	$F(3,35211)=2,054, p=0.104$	$F(66,35151)=0,969, p=0,549$
	Espaço Social	Classes sociais	$R^2_a=0.000$	$F(5,31679)=1,253, p=0.281$	<b><math>F(5,31641)=3.034, p=0.010</math></b>	<b><math>F(110,31547)=1.233, p=0.049</math></b>
		Género	$R^2_a=0.000$	$R^2_a=0.000$	$F(1,35335)=0.001, p=0.971$	$F(22,35291)=0,562, p=0.949$
		Países	<b><math>R^2_a=0.042</math></b>	<b><math>R^2_a=0.043</math></b>	<b><math>R^2_a=0.042</math></b>	<b><math>F(2,35362)=71,401, p=0.000</math></b>

Fonte: European Social Survey (cálculos próprios).

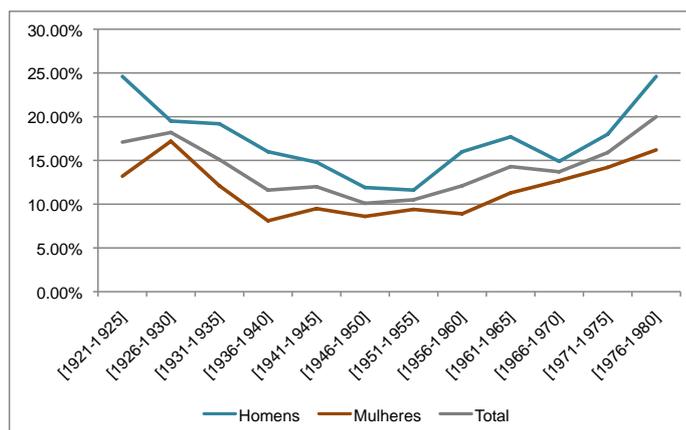
#### 4. Gerações como métrica temporal e detecção de anomalias históricas

Apesar da coorte etária não produzir diferenças significativas na idade média de saída de casa dos pais, os dados mediatizados têm uma leitura oposta. No entanto, a ideia de que a idade à primeira saída de casa se caracteriza por um crescendo linear é falsa e proporcionada pela extrema velocidade das transições em meados do século XX, nos anos 50 e 60. Alguns autores chegam mesmo a referir que esta velocidade transicional foi uma aberração ou anomalia histórica (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 56; Fussel e Furstenberg, 2005: 59; Côté, 2000: 28; Mitchell, 2007 [2006]: 8).

A ideia de que os jovens saem *cada vez mais tarde* de casa está, portanto, historicamente errada. “A história do processo de sair de casa nos países industrializados não tem tido uma evolução linear” (Van Poppel *et al. citado por* Mulder, 2009: 204) e o passado está cheio de oscilações tanto nos Estados Unidos (Goldscheider e Goldcheider, 1999: 203) como na Europa (Sironi, 2009: 11). Durante os anos 50-60, as transições eram muito rápidas porque a maior parte dos homens saía de casa dos pais para cumprir serviço militar ou para, juntamente com a grande parte das mulheres, ir aprender um ofício (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 56). Este tipo de saída de casa é idêntico ao que ocorria no século XVIII, com as crianças de classes desfavorecidas a deixar de viver em casa com os pais para passar a residir na casa dos senhores que serviam (Wall, 1978 *citado por* Mulder, 2009: 205), ou ao que ocorria nos anos 20 e 30, com a procura de trabalho nas grandes cidades e o consequente êxodo rural (Goldcheider e Goldscheider, 1999: 33) (figura 2).

De facto, a tendência crescente da idade a que se sai de casa dos pais não é linear desde o início do século (ver figura 3). Na verdade, a tendência mais relevante, apenas visível numa análise de longo prazo, é a de um decréscimo de jovens adultos a não terem saído de casa dos pais aos 30 anos, entre 1920 e 1935. Entre os nascidos aproximadamente entre 1935 e 1950 atravessaram os seus 20 anos enquanto decorriam os “30 gloriosos” anos de crescimento económico (em parte consequência da execução do plano Marshall) e de expansão do Estado providência (que terminaram aproximadamente nos anos 80). Esta expansão económica tende a aumentar o ritmo da transição para a vida adulta, a diminuir a idade média a que os eventos ocorrem, nomeadamente a saída de casa dos pais, e a substituir lógicas rurais (baseadas em tradições sobre a propriedade das terras, em trocas intergeracionais) que juntamente com obrigações morais para com membros da família mais velhos, impediam ou desaconselhavam a saída de casa em décadas anteriores.

**Figura 2: Percentagem de indivíduos que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida, ao longo do tempo por sexo**



Fonte: ESS 2006 (cálculos próprios)

Assim, ainda que a afirmação de que “a fundação de novas unidades residenciais já não está obrigatoriamente associada à formação de novas famílias” (Ferreira e Nunes, 2010: 43) seja muito comum, “a assumpção de que a maioria dos jovens saía de casa para casar está em muitos casos incorreta. Os historiadores têm verificado que no passado europeu, a população jovem e solteira saía da casa da sua família de origem para viver como serventes ou inquilinos noutros alojamentos” (Guerrero, 2001: 52). A saída de casa dos pais era, como atualmente, um processo gradual. O que sucede é que as instituições protagonistas dessas “unidades domésticas intermédias” são atualmente família e o ensino superior, mais do que, como outrora, o trabalho. Nas sociedades pré-industriais, “os aprendizes, os serventes, os inquilinos e outros indivíduos sem relação familiar ou de parentesco, partilhavam o espaço com a família, trabalhando com ela e participando em inúmeras actividades quotidianas, dormindo por vezes nos mesmos quartos. (...) A família da sociedade pré-industrial era caracterizada por sociabilidade e não por privacidade” (Hareven, 1991: 256) e a casa como espaço privado só surgiu a meio do século XIX (Hareven, 1991: 260). Em Portugal, pelo menos desde os anos 60 que o número médio de pessoas por unidade doméstica tem vindo a diminuir (Bandeira, 1996: 361), devendo-se portanto a formação de unidades domésticas a outros processos. Aliás, nos países do Sul Europeu, nas gerações nascidas aproximadamente entre os anos 20 e os anos 40, existia a tendência para permanecer em casa dos pais mesmo aquando da formação do casal (Sironi, 2009: 40).

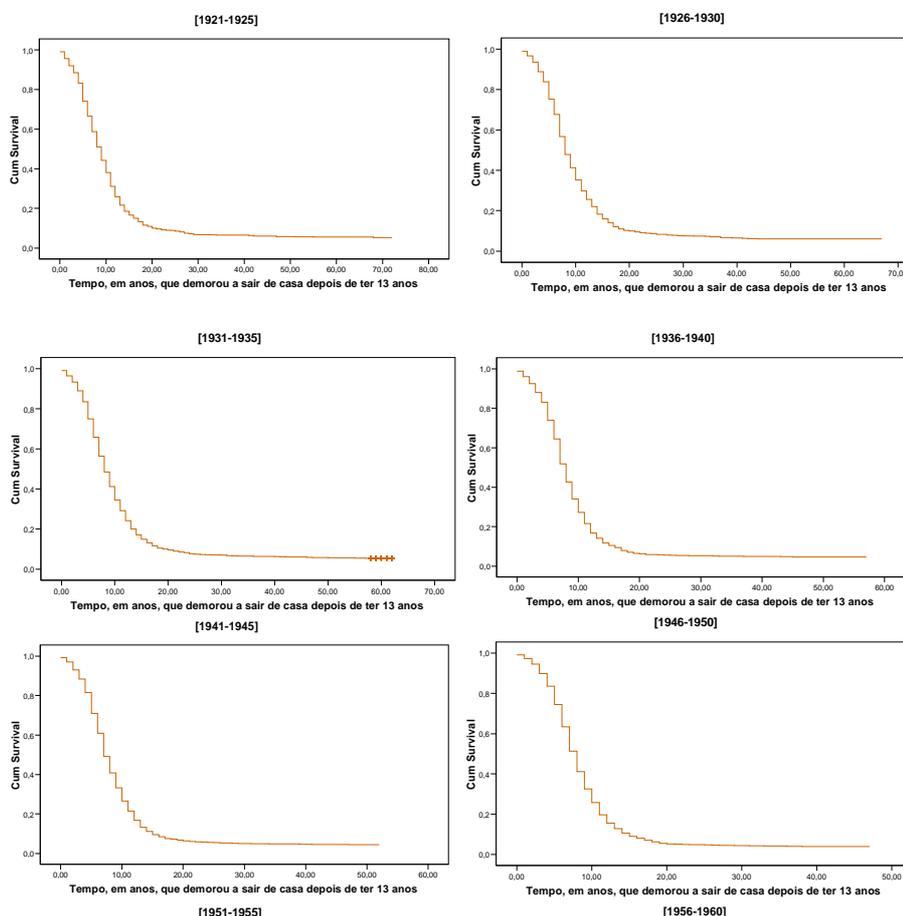
Se até estas décadas era muito visível a simultaneidade das transições familiares, habitacionais e profissionais, isto é, a tripartição do curso de vida (Kohli, 1985), a partir dos anos 70 estas três carreiras assumem ritmos diferentes, des-sincronizando-se, regressando então à forma comum dos séculos XVII e XVIII (Jones, 1995; Heath e Cleaver, 2003;

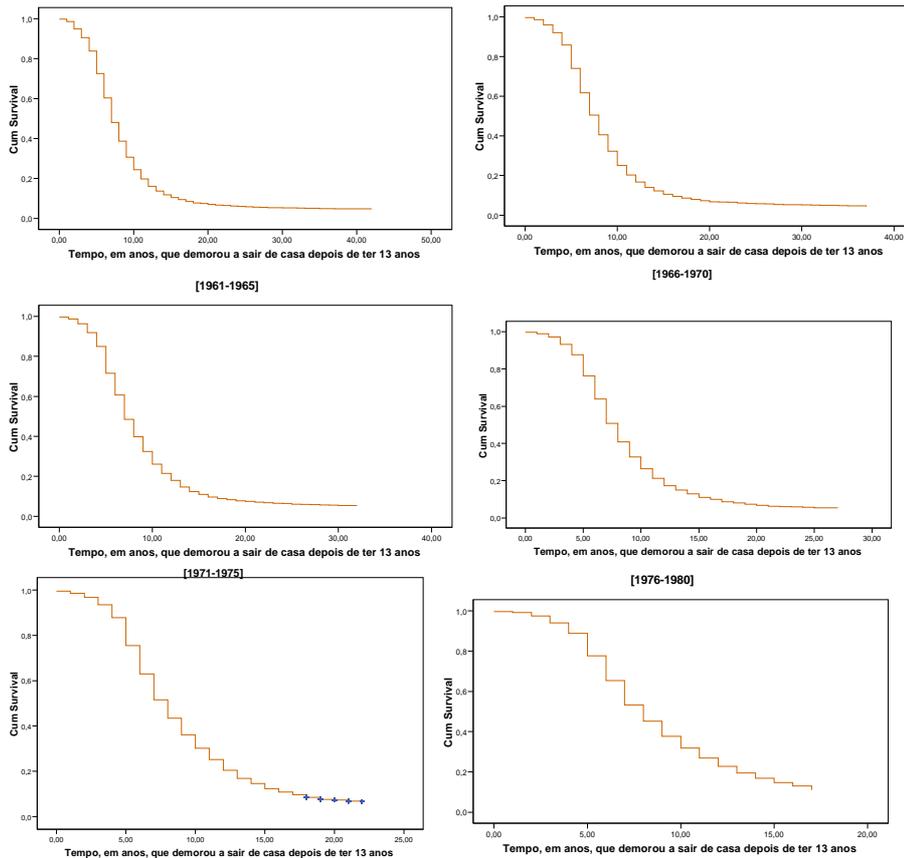
Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 60). Assim, a rapidez da transição desacelera-se com a interferência de uma terceira instituição: a do Ensino Superior (e grosso modo, o prolongamento dos estudos), mas ainda muito circunscrita às classes média e alta.

Além disso, se tomar a Europa como um todo, verifica-se que, em todas as *coortes* consideradas, 50% dos indivíduos tende a sair nos sete ou oito anos após concluir os 13 anos, isto é, tende a sair aos 20/21 anos e que mais 25% tende a sair de casa dos pais nos quatro ou cinco anos seguintes. A diferença, ainda assim pouco significativa, verificada ao longo do tempo é que os primeiros 20% de indivíduos a sair de casa dos pais depois de completarem 13 anos de vida, saíam nos três ou quatro anos seguintes mas tendem, nas *coortes* geracionais mais recentes, a demorar mais cerca de um ano a sair (figura 3).

A afirmação de que os jovens saem de casa dos pais cada vez mais tarde é, portanto, excessiva e simplista. Esta análise meramente diacrônica, cuja interpretação resulta na homogeneidade do ritmo de saída de casa dos pais ao longo do tempo na Europa, camufla, no entanto, a forte heterogeneidade encontrada entre os países e entre os destinos dessa saída.

**Figura 3: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais depois dos 13 anos, ao longo do tempo**





## 5. “Dimensão cultural”, o *bode expiatório* da heterogeneidade europeia

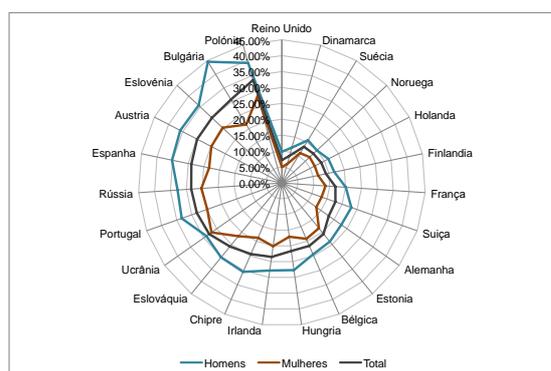
Como se verificou anteriormente, as diferenças sociais (neste caso entre os países) são as únicas significativas e das poucas que em combinação com outras variáveis (como as classes sociais) geram diferenças significativas nas idades médias de saída de casa dos pais, superando as diferenças entre as unidades métricas temporais (gerações), que não se revelaram significativas (Tabela 3). Mas em que sustentam estas diferenças?

Embora a *cultura* ou os valores culturais de um dado país ou de uma dada geração de um dado país seja dada muitas vezes como explicativa, na realidade ela raramente é medida e, portanto, raramente posteriormente introduzida nos modelos de dependência desenvolvidos a partir de inquéritos de escala europeia. De facto, como referem Holdsworth, Voast e Tranmer (2002: 1003), “a grande limitação da análise a partir de dados secundários é que os atributos culturais permanecem uma caixa negra, e as análises desenvolvidas apenas parcialmente nos ajudam a compreender como e porquê os jovens reproduzem certas tradições. Uma mais detalhada abordagem para integrar dimensões culturais e económicas seria ir mais longe do

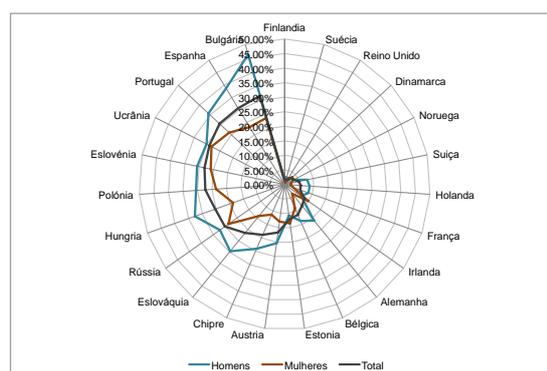
que as fontes secundárias e desenvolver entrevistas em profundidade para explorar como é que as decisões de sair de casa são feitas em função de constrangimentos económicos, oportunidades individuais e normas culturais”. No entanto, a “cultura” que de uma forma vaga e etnocêntrica é tida como conservadora e consensual na população dos países do sul e moderna e individualizada nos países do Norte ou Escandinavos, é usada para preencher os vazios explicativos deixados por ausência de informação ou da informação adequada (sobre projetos de vida e de mobilidade residencial, satisfação com a situação habitacional atual, etc.) captada em grandes questionários europeus ou em dados estatísticos oficiais.

É certo que em termos das médias da idade da saída de casa se encontra esta dicotomização dos valores registados (figura 2 e figura 3). Na chamada “nova demografia” (Vaupel, 2000 e Kohler, 2000 *citado por* Billari, 2004: 16), predominavam durante muito tempo duas tendências e objetos de estudo demográficos: os “oldest-olds” e os factores e as consequências do aumento da esperança média de vida e os “lowest-lows” e as consequências do declínio da taxa de natalidade. Billari (2004) sugere explicitamente a inclusão de um terceiro grupo de interesse: os “latest-late”, referindo-se precisamente a este padrão de tardia saída de casa dos pais, formação do casal e transição para a parentalidade nos países do sul (ilustrados pelos casos Espanhol e Italiano)

**Figura 4. Percentagem de indivíduos que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida por países e sexo**



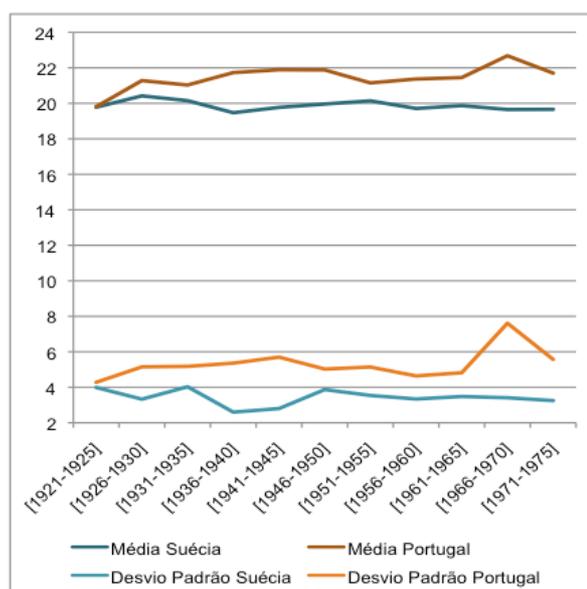
**Figura 5. Percentagem de indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 (26 aos 35 anos em 2006) que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida, por países e sexo**



Mas há que ter em conta o consenso (ou a dispersão) em torno das idades concretas da saída de casa, e das idades apontadas como ideais, tardias ou precoces, para a saída de casa dos pais. Quanto menor o consenso, menor a prescrição e controlo social para que o comportamento ocorra nesse sentido e menor a normatividade desse mesmo percurso.

Compare-se brevemente um país pertencente ao grupo dos “latest-late” (Portugal) com um país pertencente ao grupo dos “earliest-early” (Suécia) (Billari e Liefbroer, 2007). A hipótese mais intuitiva, mas partilhada por vários estudos (Billari, 2004; Billari e Liefbroer, 2007; Newman e Aptekar, 2006; Holdsworth, Voas e Tranmer, 2007; entre outros), seria a de que as normas etárias *per se* sobre o *timing* de saída de casa são mais fortes e mais consensuais em Portugal do que na Suécia, isto é, que a cultura/religião funcionaria como uma espécie de denominador comum, homogeneizador das opções de vida tomadas durante a transição para a vida adulta. É essa, aliás, a hipótese implícita que leva a que os factores culturais (manifestados por transições tradicionais, pela ênfase colocada na religiosidade, pela propensão para a propriedade, etc.) sejam dados como explicativos do *timing* da saída dos jovens de casa dos pais em países do Sul. No entanto, como confirmam as figuras seguintes, a realidade é mais complexa e menos dicotómica do que estas interpretações culturais parecem levar a crer. Assim, o desvio padrão do *timing* de saída de casa em Portugal é mais elevado do que o da Suécia (figura 6). Na análise que estes autores levaram a cabo com os dados do “Fertility and Family Survey” concluíram que embora os países do Sul tenham médias mais elevadas de saída de casa dos pais, também têm uma maior dispersão associada a essa idade média (são, portanto, “late but non-generalised”), o que revela precisamente um menor consenso em torno da idade a que se sai de casa, o que por sua vez insinua uma maior variedade de processos que “conspiram” para uma determinada idade de saída de casa.

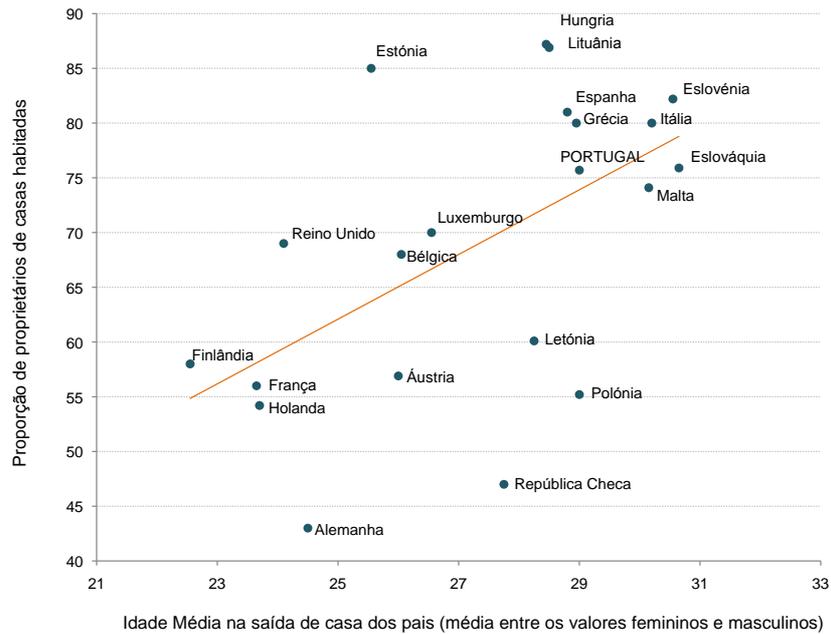
**Figura 6: Média e Desvio Padrão da idade na primeira saída de casa dos pais, em Portugal e na Suécia por coorte etária**



Os processos (não culturais) que “conspiram” são de diferentes naturezas. As melhores explicações para as situações de dependência habitacional dos filhos face à família de origem, mais duradouras do que no passado, são encontradas ao nível supra-individual, nomeadamente no mercado de trabalho (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 1). A saída de casa dos pais, e o seu *timing*, estão, então, historicamente relacionados com outras duas transições, a transição escola-trabalho e formação de uma nova família (Jones, 1995: 1). De um lado, a ideia base é a de que o prolongamento dos estudos provocou o adiamento de uma entrada (pelo menos a que ocorria de uma vez por todas) no mercado de trabalho. De um outro lado, o mercado de trabalho: devido à terciarização do mercado de trabalho, ao maior impacto do desemprego entre as camadas mais jovens da população portuguesa, à grande escassez de contratos de trabalho, à flexibilidade dos empregos obtidos, à “geração recibos verdes”, em suma, à precariedade vivida no mercado de trabalho, os jovens não têm a estabilidade remuneratória e ontológica necessária para saírem de casa de forma, pelo menos em intenção, irreversível.

Mas o prolongamento dos estudos (especialmente sem uma análise do apoio do Estado aos estudantes do Ensino Superior) e as transformações no mercado de trabalho (desiguais pela Europa) não esgotam a explicação da heterogeneidade entre os países da Europa no que se refere à saída de casa dos pais. A relação linear entre o mercado de habitação e a idade de saída de casa verifica-se de forma muito evidente, mais particularmente no que se refere à elevada proporção de propriedades habitacionais em detrimento de um mercado de arrendamento forte e atrativo. Estas características do mercado de habitação produzem uma divisão dos jovens entre os proprietários e os “excluídos” (Smith, 2009: 21). Verifique-se na figura 7 que os países com as elevadas médias de idade na saída de casa são também aqueles que apresentam mais elevadas percentagens de casas próprias.

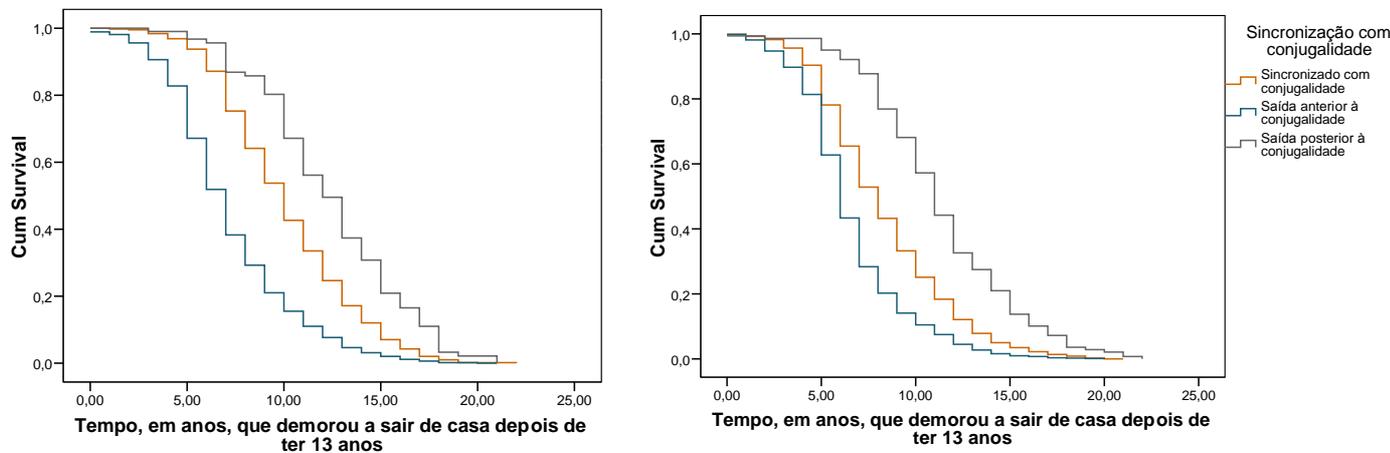
**Figura 7: Dispersão dos países por idade média à saída de casa dos pais (jovens entre os 15 e os 29 anos, 2007) e por proporção de casas próprias nos países europeus (% , 2000)\***



Existem enormes desigualdades ao nível da habitação disponível e acessível à população pela Europa fora. Norris e Shiels (2007) identificam o nível de acessibilidade das casas (medido em inversa medida pela proporção de casas ocupadas por proprietários) em Portugal (e na Grécia e em Espanha) tão baixo como o dos países do alargamento europeu, e concluem referindo que números reduzidos de alojamentos do mercado de arrendamento impedem o acesso habitacional às camadas populacionais com menos rendimentos (2007: 66), nas quais se pode claramente incluir os jovens. O limitado sector de arrendamento nos países do sul da Europa é também apontado por Norris e Shiels, (2001: 319).

Além da frequência de estudos universitários (que poderão implicar sair da área de residência dos pais, quando para isso há rendimentos ou subsídios), da estabilidade do mercado de trabalho e das características do mercado de trabalho, também os diferentes destinos na saída de casa dos pais (destino escolar e destino conjugal) se refletem nas diferenças de idades a que se sai de casa entre os países, entre as gerações (Billari, 2001, 2004; Iacovou; 2001). Bélgica, Portugal, Hungria, Espanha, Chipre, Eslováquia, Bulgária e Polónia são os países onde a percentagem de saídas de casa sincronizadas com a conjugalidade (coabitação ou casamento) é maior (e maior do que a saída de casa anterior à conjugalidade). Nos restantes países, a tendência maioritária é a de sair de casa antes de iniciar uma coabitação conjugal.

**Figura 8: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais por sincronização com conjugalidade (para os jovens que saíram, nascidos entre 1971 e 1980), para o sexo masculino e para sexo feminino**



## 5. Conclusões

Partindo do olhar particular da sociologia da juventude, e de uma das transições para a vida adulta (a saída de casa dos pais) o presente artigo pretendeu desafiar a excessiva ou precoce dicotomização entre as correntes classista e geracional no estudo da mudança social. Posteriormente a apresentação teoricamente orientada das consequências analíticas dos vícios criados por esta excessiva ou precoce dicotomização, procedeu-se, com base numa seleção de dados trabalhados ao nível de uma pesquisa mais vasta sobre transições para a vida adulta em Portugal e na Europa (Nico, 2011), a um exercício analítico e interpretativo de alguns indicadores alegadamente explicativos das populares alterações (nomeadamente aumento) na idade média de saída de casa dos pais. Assim, seguindo a lógica que o próprio artigo propõe que seja seguida nos estudos sobre mudança social, foram no início da pesquisa realizados testes de comparação de médias (Two-way ANOVAS) para determinar se existem diferenças estatisticamente significativas da idade média da saída de casa dos pais por *coorte* etária, sexo, classe social e países (estes últimos representando um indicador de desigualdade social mas a uma escala mais global, e admitindo que os estados-providência são uma espécie de diferença social cristalizada). Contrariando a popular e popularizada ideia de que "os jovens hoje saem muito mais tarde de casa do que no "passado"" (ver Nico, 2014 sobre exercícios de homogeneização dos tempos), a análise de variância demonstrou que a *coorte* etária não exerce efeitos principal, nem efeito combinado com nenhuma outra variável, nas diferenças de média de saída de cada dos pais. Dado que os países são os únicos que exercer em efeito principal significativo, pode concluir-se que a heterogeneidade social é, no que se refere a idade de

saída de casa dos pais, superior à mudança social. O argumento da mudança social é muitas vezes mais alicerçado teoricamente (em teorias por sua vez ensaísticas como a de Beck ou de Giddens) do que empiricamente. Uma abordagem que privilegie a complementaridade das duas correntes ou, a uma certa altura inicial da pesquisa, as trate como concorrentes na falsificação uma determinada hipótese, estará em melhores condições de evitar os dois vícios apresentados neste artigo: a) a relação quase monogâmica entre a corrente dita geracional, metodologias qualitativas e a seleção de apenas uma unidade geracional; ou b) o enviesamento “cultural” que as análises comparativas das diferenças nas idades, processos e ritmos de transições para a vida adulta entre os países tendem a sofrer.

Com base nos dados do ESS 2006 foi possível evitar estes vícios. Na corrente classista, ou se quisermos, estrutural, não puderam ser avaliados os efeitos dos putativos heterogêneos valores sociais na Europa na idade de saída de casa, mas foram identificados os efeitos de um mercado de habitação pouco virado para a criação e manutenção de soluções habitacionais transicionais (arrendamento para jovens) e de uma maior incapacidade, nos países do Sul da Europa, em sair de casa dos pais sem ser partilhando o encargo da contração (e acesso) ao empréstimo para compra de casa. Na corrente geracional, foi possível identificar que a ideia de que a idade à primeira saída de casa se caracteriza por um crescendo linear é falsa e proporcionada pela extrema velocidade das transições em meados do século XX, nos anos 50 e 60, período considerado por vezes como anomalia histórica. A ideia de que os jovens saem *cada vez mais tarde* de casa, alicerçada muitas vezes nas populares teorias da pós modernidade e da individualização, está, portanto, historicamente errada.

### **Referências Bibliográficas**

AASSVE, Arnstein, Francesco C. BILLARI, Stefano MAZZUCO e Fausta ONGARO (2002), “Leaving home: a comparative analysis of ECHP data”, *Journal of European Social Policy*, vol. 12 (4), pp. 259-275.

ALMEIDA, João Ferreira de (2007), “Velhos e Novos Aspectos da Epistemologia das Ciências Sociais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 55, pp. 11-24.

ALMEIDA, João Ferreira de e José Madureira PINTO (1975), “Teoria e investigação empírica nas ciências sociais”, *Análise Social*, vol. XI (2.º-3.º), (42-43), pp. 365-445.

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage.

BILLARI, Francesco C. e Aart C. LIEFBROER (2007), “Should I stay or should I go? The

impact of age norms on leaving home”, *Demography*, vol. 44 (1), pp. 181-198.

BILLARI, Francesco C. (2004), “Becoming an Adult in Europe: A Macro(/Micro)-Demographic Perspective”, *Demographic Research*, Special Collection 3, pp. 15-44.

BILLARI, Francesco C. (2005), “The Timing of Life: The organization of the Life Course in Europe”, *European Social Survey*, (online). Disponível em: [http://www.europeansocialsurvey.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=220:r3-rotating&catid=116:questionnaire&Itemid=309](http://www.europeansocialsurvey.org/index.php?option=com_content&view=article&id=220:r3-rotating&catid=116:questionnaire&Itemid=309) (acedido em 15 de Fevereiro de 2008).

BILLARI, Francesco C., Dimitar PHILIPPOV e Pau BAIZÁN (2001), “Leaving home in Europe: the experience of cohorts born around 1960”, Working paper 2001-014, *Max Planck Institute for Demographic Research*, (online). Disponível em: <http://www.demogr.mpg.de/Papers/Working/wp-2001-014.pdf> (acedido em 12 de Maio de 2011).

BLOSSFELD, Hans-Peter, Erik KLIJZING, Melinda MILLS e Karin KURZ (Eds.) (2005), *Globalization, Uncertainty and Youth in Society*, New York, Routledge.

BRÜCKNER, Hannah e Karl Ulrich MAYER (2005), “De-Standardization of the Life Course: what it might mean? And if it means anything, whether it actually took place?”, *Advances in Life Course Research*, vol. 9, pp. 27-53.

BUCHMANN, Marlis e Irene KRIESI (2011), “Transition to Adulthood in Europe”, *Annual Review of Sociology*, 37, pp. 481-503.

BYNNER, John (2005), “Rethinking the Youth Phase of the Life-course: The Case of Emerging Adulthood?”, *Journal of Youth Studies*, vol. 8 (4), pp. 367-384.

CHERLIN, Andrew J., Eugenia SCABINI e Giovanna ROSSI (1997), “Still in the Nest. Delayed Home Leaving in Europe and the United States”, *Journal of Family Issues*, vol. 18 (6), pp. 572-575.

DEROSAS, Renzo (2004), “A family Affair. Marriage, Mobility, and Living Arrangements in Nineteenth-century Venice, 1850-1869”, em Poppel, Frans van, Michel Oris e James Lee (Eds.), *The Road to Independence. Leaving Home in Western and Eastern Societies, 16<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries*, Bern, Peter Lang European Academic Publishers.

ELDER, Glen H. (1994), “Time, Human Agency, and Social Change: Perspectives on the Life Course”, *Social Psychology Quarterly*, vol. 57 (1), pp. 4-15.

ELZINGA, Cees H. e Aart C. LIEFBROER (2007), “De-standardization of Family-Life Trajectories of Young Adults: A Cross-National Comparison Using Sequence Analysis”, *European Journal of Population*, 23, pp. 225-250.

- FURLONG, Andy e Fred CARTMEL (2007 [1997]), *Young People and Social Change*, New York, Open University Press.
- FURLONG, Andy; WOODMAN Dan and WYN Johanna (2011), Changing times, changing perspectives: Reconciling 'transition' and 'cultural' perspectives on youth and young adulthood, *Journal of Sociology* 2011 47: 355
- FURSTENBERG, Frank (2005), “Non-normative Life Course Transitions: Reflections on the significance of demographic events on lives”, *Advances in Life Course Research*, vol.10, pp. 155–172.
- FURSTENBERG, Frank (2005), “Non-normative Life Course Transitions: Reflections on the significance of demographic events on lives”, *Advances in Life Course Research*, vol.10, pp. 155–172.
- GEORGE, Linda K. (2009), “Conceptualizing and measuring Trajectories”, em Elder Jr., Glen H. e Janet Z. Giele (Eds.), *The Craft of the Life Course Research*, New York, The Guilford Press.
- GIDDENS, Anthony (2001 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- GLASER, Barney G. e STRAUSS, Anselm L. (1967) *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine.
- GOLDSCHIEDER, Frances (2000), “Why study young adult living arrangements? A view of the second demographic transition”, Paper apresentado no Workshop Leaving Home: an European Focus, no Max Planck Institute for Demographic Research, 6 a 8 de Setembro de 2000, Rostock, Alemanha.
- GOLDSCHIEDER, Frances e Calvin GOLDSCHIEDER (1999), *The Changing Transition to Adulthood. Leaving and Returning Home*, London, Sage.
- GUERRERO, Teresa Jurado (2001), *Youth in Transition: Housing, Employment, Social Policies and Families in France and Spain*, Hampshire, Ashgate.
- HEATH, Sue e Elisabeth CLEAVER (2003), *Young, Free and Single? Twenty-somethings and Household Change*, New York, Palgrave MacMillan.
- HEINZ, Walter (2009), “Youth Transitions in an Age of Uncertainty”, em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- HOLDSWORTH, Clare, David VOAST e Mark TRANMER (2002), “Leaving Home in Spain: When, Where and Why?”, *Regional Studies*, vol. 36 (9), pp. 989-1004.

IACOVU, Maria (2001), “Leaving Home in the European Union”, Working Paper 2001-18 of the Institute for Social and Economic Research, Colchester, University of Essex. Disponível em: [http://www.iser.essex.ac.uk/files/iser\\_working\\_papers/2001-18.pdf](http://www.iser.essex.ac.uk/files/iser_working_papers/2001-18.pdf) (acedido em 12 de Maio de 2011).

JONES, Gill e Claire WALLACE (1992), *Youth, Family and Citizenship*, Buckingham, Open University Press.

JONES, Gill (1995), *Leaving Home*, Buckingham, Open University Press.

LAHIRE, Bernard. 2007. “Infancia y adolescencia: de los tiempos de socialización sometidos a constricciones múltiples ”, *Revista de Antropología Social*, Vol. 16: 21-37.

MAURITTI, Rosário (2009), *Viver só, Mudança Social e Estilos de Vida*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.

MITCHELL, Barbara A. (2007 [2006]), *The Boomerang Age: Transitions to Adulthood in Families*, New Jersey, Transaction Publishers.

NICO, Magda (2011), “O mix dos factores culturais e institucionais nas transições para a vida adulta nos países do Sul da Europa: “benção” analítica ou maldição política?”, paper apresentado no Colóquio "Olhares sobre os jovens em Portugal: saberes, políticas, acções", dia 2 de Junho de 2011, disponível em [http://www.opj.ics.ul.pt/images/stories/ComunicacoesColoquio/coloquioopj2011\\_nico.pdf](http://www.opj.ics.ul.pt/images/stories/ComunicacoesColoquio/coloquioopj2011_nico.pdf)

NICO, Magda (2005), *Quem não casa também quer casa: a conquista de autonomia habitacional na construção das identidades d@s jovens e das (in)dependências familiares*, Dissertação de Mestrado em Família e Sociedade, Lisboa, ISCTE-IUL.

NICO, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspectiva do Curso de Vida*, Tese de Doutoramento, Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa.

NICO, Magda (2014), *As afiliações militantes nos estudos sobre juventude: os conceitos de individualização, desestandardização e reversibilidade*, Plataforma Barómetro Social, disponível em <http://barometro.com.pt/archives/1188>

NICO, Magda (2014), *Homogeneização dos tempos, Elementos para a discussão dos processos de homogeneização analítica intra-geracional das trajetórias de vida*, Actas da Sessão Semi-Plenária Congresso Sociologia, 15 de Abril de 2014, Évora

NICO, Magda (prelo 2014), “Beyond ‘Biographical’ and ‘Cultural Illusions’ in European Youth Studies: Temporality and Critical Youth Studies”, in Peter Kelly e Annelies Kamp (Eds.), *Critical Youth Studies for the 21st century*, Brill

- NORRIS, Michelle e Patrick Shiels, (2007), “Housing inequalities in an enlarged European Union: patterns, drivers, implications”, *Journal of European Social Policy*, vol. 17, pp. 65-76.
- NUNES, Adérito Sedas (1968), *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Moraes Editores, Lisboa.
- PAIS, José Machado (2003 [1993]), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAIS; José Machado (coord); Cabral; Manuel Villaverde (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Secretaria de Estado da Juventude.
- ROBERTS, Steven (2011): Beyond ‘NEET’ and ‘tidy’ pathways: considering the ‘missing middle’ of youth transition studies, *Journal of Youth Studies*, 14:1, 21-39
- ROBERTS, Steven (2012): One step forward, one step Beck: a contribution to the ongoing conceptual debate in youth studies, *Journal of Youth Studies*, 15:3, 389-401
- SHANAHAN, Michael J., Erik J. PORFELI, Jeylan T. MORTIMER e Lance D. ERICKSON (2005), “Subjective Age identity and the Transitions to Adulthood: When Do Adolescents Become Adults?”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- SMITH, Joan (Ed.) (2009), *A comparative Report on Youth Homelessness and Social Exclusion in the Czech Republic, the Netherlands, Portugal and the UK*, (online). Disponível em:  
<[http://www.movisie.nl/onderwerpen/internationaal/docs/Comparative\\_report\\_July\\_2009.pdf](http://www.movisie.nl/onderwerpen/internationaal/docs/Comparative_report_July_2009.pdf)> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- UNCHS (1991), *Seminário sobre estratégia Global da habitação*, Lisboa.
- WALTHER, Andreas (2006), “Regimes of Youth Transitions. Choice, Flexibility and Security in Young People’s Experiences across Different European Contexts”, *Young*, vol. 14 (2), pp. 119–139.
- WHITE, Lynn (1994), “Coresidence and Leaving Home- Young Adults and Their Parents” in *Annual Review of Sociology*, Vol. 20, pp. 81-102.
- HAREVEN, Tamara (1991), “The home and the family in historical perspective”, *Social Research*, vol. 58 (1), pp. 253-285.
- SIRONI, Maria (2009), “A century of Transitions to Adulthood in Europe: a comparative analysis”, paper apresentado na XXVI *International Population Conference of the International Union for the Scientific Study of Population*, IUSSP, 27 de Setembro a 02 de Outubro de 2009, Marraqueche. Disponível em: <<http://iussp2009.princeton.edu/download.aspx?submissionId=90810>> (acedido em 26 de Maio de 2010).

BANDEIRA, Mário Leston (1998), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

MULDER, Clara H. (2009), “Leaving the Parental Home in Young adulthood”, em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.

FUSSEL, Elizabeth e Frank F. FURSTENBERG (2005), “The Transition to Adulthood during the twentieth Century”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.

*Recebido em dezembro de 2014.*

*Aprovado em janeiro de 2015.*